

EDITORIAL

A formação social brasileira no debate contemporâneo do Serviço Social

Lucas Bezerra¹

<https://orcid.org/0000-0002-1297-2224>

Joana Valente Santana²

<http://orcid.org/0000-0003-4033-1317>

¹Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, Alagoas, Brasil.

²Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, Pará, Brasil.

Recebido em 18.09.2025. Aprovado em 29.09.2025. Revisado em 02.11.2025.

O debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro tem registrado uma presença crescente de reflexões em torno da formação social brasileira. Esse movimento, particularmente visível na última década, manifesta-se na ampliação de pesquisas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicação de livros, iniciativas de grupos de estudo e cursos de extensão diretamente vinculados aos fundamentos histórico-sociais da realidade nacional. Em todas as regiões do país, é possível identificar essa tendência; e a publicação, pela Revista Katálysis, de um número intitulado *Serviço Social, questão social e formação social brasileira* constitui uma evidência desse movimento.

Esse interesse renovado, indiscutivelmente coletivo, ao tempo em que agrupa uma diversidade de pesquisadoras e pesquisadores, não nasce do acaso. Regra geral, as iniciativas sobre o tema levadas a efeito nos últimos dez anos buscaram dialogar, teórica e politicamente, com o quadro conjuntural do país. Dentre os principais “eventos” que marcam essa série histórica, podemos destacar: o processo que culminou no golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016; a eleição da extrema-direita em 2018; a ascensão do bolsonarismo; a vitória eleitoral das forças de esquerda, progressistas e democráticas em 2022; uma tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023; e, mais recentemente, a condenação dos réus ligados a essa trama golpista, entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro. Foi no interior desse movimento tenso na sociedade brasileira, em um contexto em que a luta democrática se colocou na ordem do dia, que assistentes sociais, em interlocução com pesquisadoras e pesquisadores de outras áreas, adensaram a análise sobre as grandes questões que conformam o País.

A presença do Brasil — esse objeto de estudo abundante, complexo e inesgotável — na agenda de pesquisas da profissão configura uma tendência fecunda e instigante. Ao tempo em que aponta para a qualificação e o refinamento do tratamento dado aos fundamentos históricos da formação brasileira¹ em nossa produção intelectual, tal movimento se desenvolve a partir de uma preocupação político-organizativa. Nesse sentido, as reflexões produzidas pelo Serviço Social brasileiro sobre a realidade nacional expressam um compromisso teórico-prático com os “de baixo”, em consonância com a direção social estratégica assumida pela profissão.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

É preciso destacar que a atenção conferida à formação social brasileira pelo debate profissional contemporâneo tem ocorrido a partir de alguns eixos temáticos centrais: (i) a questão social; (ii) a questão racial; (iii) a questão agrária, urbana e ambiental; (iv) as desigualdades regionais e inter-regionais; (v) as articulações entre capitalismo, racismo e patriarcado; (vi) a política social; e (vii) os estudos sobre conjuntura. Nesse amplo espectro, observa-se o interesse de pesquisadores/as em abordar essas questões considerando as particularidades da formação social brasileira, reconhecendo sua historicidade, complexidade e articulação com os processos estruturais que moldam a realidade nacional.

Esse processo tem desempenhado um papel relevante na *expansão do acervo teórico-crítico profissional*, qualificando nossa análise em torno de, pelo menos, três frentes decisivas: (i) a concepção de questão social; (ii) a narrativa sobre o desenvolvimento histórico do Serviço Social, parte constitutiva de seus fundamentos; e (iii) a trajetória e o conteúdo adquirido pelas políticas sociais no Brasil.

É, sobretudo, no âmbito da pós-graduação stricto sensu em Serviço Social que esses debates se tornam mais visíveis. Por um lado, há cada vez mais assistentes sociais de formação interessados nesse campo temático no âmbito da pesquisa pós-graduada. Em paralelo, programas de pós-graduação na área têm acolhido pesquisadoras/es provenientes de outras áreas do conhecimento, como História, Economia e Ciências Sociais, geralmente vinculados ao pensamento social crítico e interessados em estudar o Brasil, mas que encontram limites em suas disciplinas de origem. Essa dinâmica atesta, mais uma vez, a maturidade intelectual adquirida pelo Serviço Social brasileiro (Netto, 2011a) e a consolidação do Serviço Social como profissão e área de produção de conhecimento (Mota, 2013).

A novidade dessa tendência, no entanto, não reside na *emergência* do debate, mas em sua *ampliação* e *difusão*. O Serviço Social brasileiro há muito inclui entre suas preocupações centrais os grandes temas da formação nacional. Portanto, o que observamos hoje é fruto de um processo histórico conectado à renovação crítica, que encontrou na interlocução com o pensamento social produzido no país um ponto crucial².

Por esse ângulo, a atual geração de pesquisadores/as não somente é tributária desse legado — que compreende o próprio delineamento do projeto ético-político profissional —, mas se propõe a enfrentar os desafios teóricos, políticos e ideológicos de seu próprio tempo.

No que tangencia particularmente a luta ideológica, verifica-se a vivacidade, de um lado, de aportes vinculados à tradição marxista para pensar o Brasil, condensados em obras de intérpretes de relevo como Caio Prado Júnior, Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Nelson Werneck Sodré, Vânia Bambirra, Clóvis Moura, Helelith Saffioti, entre outros/as.

De outro lado, nota-se a revitalização de perspectivas conservadoras e reacionárias, acompanhada pela expansão de correntes sustentadas em diferentes irracionalismos. Essa dinâmica realça, em última instância, a disputa em torno dos significados atribuídos à história e à interpretação do Brasil contemporâneo. Disto decorre a importância de que as pesquisas em Serviço Social mantenham o compromisso de interpretar a realidade em sua particularidade histórica, articulando as dimensões singulares e universais de qualquer fenômeno da vida social. Na luta contra o avanço do irracionalismo, a defesa da “ciência da história” (Marx; Engels, 2007) e da racionalidade do método dialético são centrais, visto que, por meio desse método, a apreensão da realidade mantém a necessária relação entre sujeito e objeto (Netto, 2011b), exigindo uma interpretação do que existe na realidade objetiva, apreendendo as várias determinações que chegam ao trabalho profissional do/a assistente social e que são objeto das pesquisas da área de Serviço Social. Todas as determinações da vida social estão mediadas na realidade concreta e fazem parte de uma mesma sociabilidade burguesa, étnico-racial e patriarcal.

Em atenção ao título deste número, entendemos que um grande salto que a aproximação aos fundamentos da formação social brasileira pode oferecer é a possibilidade de melhor historicizar a “questão social” em nosso país. Avançar na reconstituição histórica de sua gênese e desenvolvimento constitui um desafio em aberto, de modo que há muito a ser investigado, conhecido, problematizado. Ainda hoje, ilustrativamente, não é raro encontrar em circulação o argumento segundo o qual a “questão social” no Brasil teria emergido apenas no início do século XX, no bojo da expansão urbano-industrial pós-1930. Ao contrário, o avanço da pesquisa historiográfica no debate brasileiro já nos permite constatar sua presença — da “questão social” — já na segunda metade do século XIX, quando o eixo produtivo era agroexportador, mas a industrialização ensaiava seus primeiros passos em meio a tensões que envolviam, articuladamente, escravizados e livres reativos às desigualdades produzidas pelo capitalismo dependente brasileiro em gestação e expansão (Badaró, 2008; Mara; Bezerra, 2021; Castelo; Rocamora, 2024).

Esses elementos, ainda pouco explorados, indicam a necessidade de uma investigação mais densa e crítica acerca da gênese da “questão social” no Brasil. A interlocução com os intérpretes do país pode enriquecer essa tarefa, ajudando-nos a formular a pergunta essencial: *como interpretar a “questão social” a partir das particularidades históricas de nossa formação social?* Ademais, apreender a “questão social” em uma dada formação social, em toda a sua complexidade, exige ultrapassar a análise de suas formas imediatas de manifestação — as chamadas “expressões da questão social” — e situá-la nos fundamentos históricos que a instituem na realidade concreta. É nesse movimento de historicização que reside uma das tarefas mais cruciais do Serviço Social brasileiro nos dias de hoje.

Essa preocupação histórica com a formação social brasileira guarda uma dimensão político-pedagógica estratégica para o projeto profissional (Bezerra; Medeiros; Nogueira, 2019), na medida em que pensar a realidade do país constitui condição indispensável para historicizar a “questão social”, identificar as particularidades do desenvolvimento da profissão no Brasil e fornecer instrumentos críticos que possam contribuir com o trabalho profissional das/os assistentes sociais.

Não se trata de uma preocupação acessória, mas de um fundamento que sustenta a unidade entre formação e trabalho profissional. Isso demanda que a discussão não se restrinja a uma disciplina ou a um componente curricular isolado, mas que assuma caráter transversal, articulando os fundamentos do Serviço Social, a crítica da economia política, a análise das políticas sociais, as questões agrária, urbana, ambiental, étnico-racial e de gênero, entre outras.

Como nos lembra Ianni (1989), conhecer a história do país significa desvendar a história social de seu povo. Trata-se de munição crítica, fundamental para que o Serviço Social siga contribuindo, ao lado das classes trabalhadoras, no enfrentamento dos dilemas e contradições que atravessam a realidade nacional, propondo sua radical superação.

Entre Belém e Maceió, outubro de 2025.

Referências

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- BADARÓ, M. (2008). Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Bom Texto.
- BEZERRA, L., MEDEIROS, E., & NOGUEIRA, L. (org.) (2019). Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate. Outras Expressões.
- CASTELO, R., & ROCAMORA, G. (2024) Capitalismo dependente e escravidão nas origens da “questão social” no Brasil. Proceedings of the 18th ENPESS, ABEPSS, Fortaleza.
- IANNI, O. (1989). A questão social. Revista USP, 3:145–154. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154>.
- MARA, E., & BEZERRA, L. (2021). A busca como medida: a “questão social” na formação social brasileira. Temporalis, 21(42):110–125. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p110-125>
- MARX, K., & ENGELS, F. (2007). A ideologia alemã. Supervisão editorial: Leandro Konder; tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano C. Martorano. Boitempo.
- MOTA, A. E. (2013). Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. Katálysis, 16(n. esp.):17–27.
- NETTO, J. P. (2011a). Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Cortez.
- NETTO, J. P. (2011b). Introdução ao estudo do Método em Marx (1st ed.). Expressão Popular.
- PEREIRA, E. M., & FRANÇA, G. de S. (2021, jul./dez.). Oito notas sobre formação social brasileira e renovação crítica do Serviço Social. Temporalis, 21(42):143–157. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n41p143-157>

Notas:

¹ Importante sinalizar que a questão dos fundamentos históricos da formação brasileira está definida nos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes curriculares da ABEPSS: Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Sobre o núcleo que trata da particularidade da formação socio-histórica, apontam as Diretrizes da ABEPSS: “Este núcleo remete ao conhecimento

da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social etc.” (ABEPSS, 1996, p. 11).

² Sobre a relação entre pensamento social brasileiro e renovação crítica do Serviço Social, cf. Pereira e França (2021).

Lucas Bezerra

lucas.araujo@fssso.ufal.br

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Av. Principal da UFAL – Faculdade de Serviço Social, Cidade Universitária

Maceió – Alagoas – Brasil

CEP: 57072-900

Joana Valente Santana

joanavalente@ufpa.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular da Faculdade

de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Presidenta da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Biênio 2025/2026..

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Rua Augusto Corrêa, 01, Campus Universitário do Guamá

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Guamá

Belém - Pará – Brasil

CEP: 66075-110

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do/a(s) autor/a(s)

O autor e a autora são igualmente responsáveis por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor e a autora consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Disponibilidade de dados

Nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.

Editores Responsáveis

Mailiz Garibotti Lusa – Editora-chefe
Ricardo Lara – Comissão Editorial